



## Existências Periféricas e Marginalizadas: Capitalismo Neoliberal e Mercado de Trabalho

Artur Junior Santos Cardoso

Doutorando em Sociologia (CCHLA/UFPB), Mestre em Saúde Coletiva (IMS/UERJ) e Psicólogo (UNESA). Editor da Revista Abordagens (PPGS/UFPB) e Coordenador do Grupo de Estudos em Byung-Chul Han (GEPEB). Recentemente, lancei em coautoria o livro “O Neoliberalês: um ensaio filosófico sobre o idioma da sociedade do desempenho”.

Sergio Dias Guimarães Junior

Psicólogo formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), mestre em Psicologia (UFRJ) e doutorando em Psicologia Social (UFRJ) com período de estágio sanduíche em Filosofia Política do Trabalho no Conservatoire National des Arts et Métiers (CNAM), em Paris. Professor substituto do Departamento de Psicologia Social da UFRJ e do curso de graduação em Psicologia da Universidade Estácio de Sá (UNESA).

### Resumo

O objetivo deste ensaio é examinar a interação entre capitalismo neoliberal, juventudes periféricas e marginalizadas, e mercado de trabalho no Brasil, considerando os contextos sócio-históricos e a atual crise estrutural do sistema social do capital. O texto discute a mercantilização do trabalho, o fracasso do mercado de trabalho e a exploração sob o capitalismo neoliberal, destacando o impacto dessas dinâmicas sociais e econômicas na juventude periférica e marginalizada e apresentando um panorama da situação no Brasil. A conclusão é que mesmo diante do aumento da pobreza e da marginalização, existe uma resistência notável entre as vítimas, que frequentemente está associada à luta pela sobrevivência.

**Palavras-chave:** Juventudes Periféricas; Marginalização; Mercado de Trabalho; Capitalismo Neoliberal.

### Abstract

The aim of this essay is to examine the interaction between neoliberal capitalism, marginalized and peripheral youth, and labor market in Brazil, considering socio-historical contexts and the current structural crisis of the social system of capital. The text discusses the commodification of labor, the failure of the labor market, and exploitation under neoliberal capitalism, highlighting the impact of these social and economic dynamics on marginalized and peripheral youth and presenting an overview of the situation in Brazil. The conclusion is that even in the face of increasing poverty and marginalization, there is notable resistance among the victims, often associated with the struggle for survival.

**Keywords:** Peripheral Youths; Marginalization; Labor Market; Neoliberal Capitalism.



### Introdução

De acordo com uma análise empreendida pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman (2005), o princípio do mundo moderno foi marcado por grandes migrações. Um volumoso número de pessoas se deslocando de maneira intensa e incalculável para lugares diferentes em todo o planeta, motivadas por tentar uma sorte em terras estrangeiras que não era encontrada nos países de origem.

Mas a busca por novas oportunidades e meios melhores de sobrevivência foi um desdobramento de uma primeira tendência que tinha o desejo de “descoberta”, conquista, exploração e colonização de novas terras como motivação principal – movimento iniciado na época das grandes navegações. Essa primeira tendência atraiu toda sorte de navegantes europeus, forças militares, conquistadores e exploradores a fim de desbravar as novas terras, dominar seus territórios e colonizar ou exterminar seus nativos. Com este trabalho realizado, um caminho é aberto e os fluxos migratórios citados anteriormente começam.

Dessa vez são comerciantes, donos de terra, pessoas da nobreza, servos do reino, alguns camponeses e camponesas e mais algumas categorias de pessoas que começam a se deslocar. As terras estrangeiras prometiam melhor sorte a quem desejasse se aventurar, dado ao tanto que havia a ser explorado. Os europeus colonizadores olhavam para as novas terras como uma fonte de recursos naturais, uma oportunidade para algumas pessoas de buscarem melhores condições de existência, uma solução para o problema do excedente populacional que as nações europeias estavam enfrentando e, por último, como terras “pré-modernas” que precisavam do “toque” modernizante europeu.

Portanto, esse primeiro momento da era moderna é caracterizado por um fluxo migratório onde pessoas “vagaram das partes ‘mais desenvolvidas’ (mais intensamente modernizantes) do planeta para as ‘subdesenvolvidas’ (ainda não atiradas para fora da balança socioeconômica sob o impacto da modernização)” (BAUMAN, 2005, p. 51). De acordo com a perspectiva do sociólogo polonês, essa foi uma época marcada pela produção de *soluções globais para problemas que eram gerados localmente*. Algo muito diferente do que nós, que vivemos no momento mais atual da modernidade, fomos acostumados a presenciar.

O que os europeus do início da era moderna viam como novas terras, hoje se transformaram em Estados independentes, em sua grande maioria; todos com



suas próprias bandeiras, legislações, nações, costumes, culturas, suas próprias trajetórias de desenvolvimento e, claro, seus próprios problemas. Não são mais as “terras de ninguém” que foram no passado. Os recursos naturais foram explorados e tomados pelos colonizadores; os nativos foram assassinados; culturas foram aniquiladas e, apesar ainda dos grandes pedaços de terra espalhados por todo o território pertencente a esses Estados, grandes cidades foram construídas – verdadeiras metrópoles.

Com a Revolução Industrial, a ascensão do capitalismo e a implementação de uma cultura de mercado, o desenvolvimento industrial, tecnológico, social e cultural acabou se concentrando nessas grandes cidades, enquanto as outras áreas, principalmente as rurais, foram ficando mais esquecidas. Esse modelo de organização social transformou as grandes metrópoles em locais de oportunidades e de promessas, atraindo pessoas de todos os lugares, tal como aconteceu no passado com a “descoberta” e conquista das terras novas. A diferença é que, com isso, o fluxo migratório agora passa a se concentrar nas grandes cidades, ou seja, as pessoas começam a sair de locais “subdesenvolvidos” para regiões “desenvolvidas”. As oportunidades não estão mais em outros continentes, em locais remotos e “recém-descobertos”, mas sim, nos grandes centros urbanos localizados dentro do próprio país.

Contudo, diferente do que acontecia com aquele fluxo migratório do início da era moderna, interessado nas oportunidades que as novas terras poderiam oferecer, o atual fluxo migratório se depara com um desafio enorme: muito embora nos grandes centros urbanos haja uma concentração em termos de desenvolvimento tecnológico e industrial, e ofereça, pelo menos em tese, melhores condições e mais oportunidades do que os territórios rurais, as chances dessa massa migrante ser absorvida pelo sistema de produção industrial já consolidado das grandes cidades é cada vez menor. Quem observa e analisa esse fenômeno com muita perspicácia é a pesquisadora e antropóloga social francesa Larissa Adler de Lomnitz (1975).

As grandes metrópoles, tal como são conhecidas, são produtos, entre outras coisas, de um fluxo migratório rural-urbano de décadas, sobretudo, na América Latina. Isso contribuiu para que essas grandes cidades desenvolvessem uma economia industrial e tecnológica própria. Lomnitz (1975) observa que a tecnologia, em constante avanço, implica em uma maior complexidade da



organização da produção, uma maior especialização da estrutura política e social, uma maior concentração de poder e uma maior exclusão de grupos que não têm acesso ou controle sobre os recursos econômicos, políticos e sociais.

O que isso quer dizer, em suma, é que, na medida em que os grandes centros urbanos vão se desenvolvendo e se modernizando, mais pessoas de diversos lugares diferentes e que querem melhores condições de vida são atraídas. Só que essas pessoas, ao chegarem nas grandes cidades, são cada vez menos absorvidas pela economia industrial e tecnológica estabelecida, tendo em vista que a demanda por pessoas, nesses setores vigentes, apenas diminui.

A consequência dessa conta que não fecha é o surgimento de uma “população excedente” que só aumenta, vivendo em volta dessas grandes cidades, mas que por não serem absorvidas pelo sistema industrial e tecnológico dominante, começam a contribuir para ele e existir nele de forma periférica e marginal, ou seja, atividades que carecem de segurança social e econômica e não garantem nenhum tipo de estabilidade financeira. Logo, essa população marginalizada sofre não só com a falta de poder de decisão sobre seu futuro social e econômico, mas também com níveis mais elevados de pobreza. (LOMNITZ, 1975).

Lonnitz (1975) propõe que as populações marginalizadas de áreas urbanas na América Latina conseguem sobreviver a essas condições adversas graças à existência de um modelo de organização social muito específico. Essa organização consiste em um sistema de seguro cooperativo informal que oferece aos seus membros uma rede de solidariedade e reciprocidade. Essa rede permite que pessoas marginalizadas tenham acesso a bens e serviços essenciais, tais como moradia, alimentação, saúde, educação e lazer, que não são garantidos pelo Estado ou pelo mercado. Além disso, essa rede também proporciona aos seus membros um apoio emocional e moral que fortalece sua identidade e sua resistência frente às dificuldades.

A socióloga argentina Susana Hintze (2004) entende esse modelo de organização social observado por Lomnitz (1975) como formas de *estratégias de sobrevivência*, desenvolvidas por essas populações marginais para lidar com a pobreza, a exclusão social e o choque negativo.

O que se observa a partir dessas constatações é que o impulso modernizante, junto do chamado progresso econômico, industrial e tecnológico, não apenas



mudou as rotas dos fluxos migratórios, mas jogou sobre os ombros dos indivíduos a responsabilidade por suas condições concretas de existência. Diferente do início do período moderno, o que se nota na versão mais atual da modernidade é a necessidade de se criar *soluções locais para problemas que são gerados globalmente* (BAUMAN, 2005). O sociólogo alemão Ulrich Beck (2011) resumiu essa questão da seguinte maneira: “a condução da vida se converte na *superação biográfica de contradições sistêmicas*” (p. 201, grifo do autor).

O “toque” modernizante europeu foi dado nas novas terras e o progresso econômico, industrial e tecnológico chegou, mas não de graça. Mesmo com as áreas urbanas se expandindo, há pouca absorção do sistema industrial vigente nas grandes cidades, o que termina por criar uma massa populacional marginalizada, pouco alcançada pela assistência pública e privada, obrigando essas pessoas a se submeterem a condições precárias de existência e a adotarem estratégias de sobrevivência para se manterem vivas; isso ocorre em paralelo com um processo de estagnação das áreas rurais que assistem seus territórios ficando escassos de gente, recursos naturais e subsídios. Isso sem falar na distância cada vez maior entre os mais ricos e os mais pobres.

A constatação desses fatos históricos suscita a necessidade de problematizar essa noção de modernização e de progresso, os efeitos violentos que a mercantilização do trabalho tem sobre as cidades e sobre as pessoas, e o quanto o capitalismo neoliberal potencializa diversas formas diferentes de opressão sobre a classe trabalhadora, empregada ou não. Neste sentido, o objetivo do presente ensaio é analisar criticamente as articulações entre capitalismo neoliberal, juventudes periféricas e mercado de trabalho no Brasil, considerando seus atravessamentos sócio-históricos e o cenário atual de crise estrutural do sistema social do capital.

Se a modernidade se desloca de uma época de *soluções globais para problema locais*, em sua fase inicial, para uma outra de *soluções locais para problemas globais*, em sua fase mais contemporânea, tal como Bauman (2005) aponta, é necessário buscar entender as razões que justificam essa mudança topológica e por qual motivo ela desemboca no fenômeno da marginalização e, por conseguinte, na urgência da criação de estratégias de sobrevivência por parte da população marginalizada.



A intenção não é reduzir todo o ônus social do processo modernizante e do progresso econômico, industrial e tecnológico a um único fator, pois é bastante claro que existem muitas perspectivas que precisam ser levadas em consideração. Mas é necessário que a análise do problema proposto anteriormente siga em uma direção e por este motivo, essa investigação parte, especificamente, da questão do estabelecimento de uma economia de mercado e, por conseguinte, da criação de algo chamado *mercado de trabalho*.

Portanto, para além da metodologia, onde explicaremos os métodos e procedimentos utilizados na pesquisa e como chegamos em algumas das referências utilizadas neste texto, o presente artigo conta com mais cinco seções: na primeira, há uma discussão acerca da criação e consolidação de uma economia de mercado que termina por mercantilizar a categoria trabalho; na segunda, é mostrado as consequências dessa mercantilização, responsável não só pela criação de um *mercado de trabalho*, mas também pelo seu fracasso; esse malogro é explorado por um capitalismo de caráter mais neoliberal, e isso leva a categoria trabalho à novas formas de exploração e colonização, atingindo de sobremaneira, a juventude periférica marginalizada, e esta é a discussão da terceira seção; na quarta, apresentamos, através de alguns dados bem relevantes, um panorama de como toda essa dinâmica histórica, social e econômica reverbera no contexto brasileiro; concluímos o artigo de forma provocativa, mostrando que apesar de toda violência, precarização e marginalização, as vítimas desse cenário arrumam *soluções biográficas para problemas sistêmicos* e com isso seguem (sobre)vivendo e, de forma mais importante, resistindo.

### **Metodologia**

Na intenção de alcançar o objetivo anteriormente proposto, adotou-se o método de revisão narrativa de literatura que, em sua particularidade, possibilita “descrever e discutir o desenvolvimento ou o estado da arte de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou conceitual” (ROTHER, 2007, p. 5). Trata-se de revisão que integra diferentes estudos sobre uma mesma temática, evidenciando seus pontos críticos e elementos de maior relevância investigativa - o que favorece reflexões sobre temas de pesquisas recentes, como as relações entre capitalismo neoliberal, mercado de trabalho e juventudes periféricas.





Segundo Pautasso (2020), este método permite o acesso a um panorama da produção de conhecimento sobre determinado tema e, simultaneamente, a observação de lacunas epistemológicas que podem ser tomadas como ponto de partida para futuras pesquisas. Neste sentido, o processo de busca e coleta de material foi realizado de forma não sistematizada - sem a preocupação de esgotar as fontes de informações científicas sobre o assunto - durante os meses março a junho. As bases de dados utilizadas foram SciELO e PePSIC, que foram escolhidas por concentrarem a maior parte das publicações em Sociologia do Trabalho e Saúde Pública no Brasil e, conseqüentemente, do campo dos estudos que relacionam as categorias neoliberalismo, mercado de trabalho e juventudes periféricas.

O corpo teórico selecionado foi derivado de levantamento bibliográfico qualitativo contendo artigos completos publicados em periódicos disponíveis em formato virtual e dados e informações oriundos de bases e entidades nacionais e internacionais de pesquisa. Os materiais selecionados foram analisados e discutidos criticamente de forma conjunta pela(o)s autora(o)s do presente artigo. O processo de análise dos dados foi realizado qualitativamente de modo que, a partir do material selecionado, foram construídas categorias analíticas, relacionadas entre si, que serviram de auxílio para o processo de análise e reflexão sobre a bibliografia levantada. Vale ressaltar que todas as determinações referentes aos direitos autorais e à ética em pesquisa foram devidamente respeitadas.

A partir deste levantamento, foram definidas determinadas categorias analíticas. A análise do material selecionado expôs quatro aspectos centrais por meio dos quais é possível observar as relações entre capitalismo neoliberal, a criação e o fracasso do mercado de trabalho e juventudes marginalizadas e periféricas, a saber: 1) *O estabelecimento de uma economia de mercado e a criação de mercadorias fictícias*, 2) *Capitalismo desorganizado e o fracasso do mercado de trabalho*, 3) *O capitalismo neoliberal e a colonização do trabalho no cenário brasileiro* e 4) *Um panorama sobre os impactos dessas lógicas de trabalho na juventude periférica brasileira a partir da pandemia*. A seguir, serão analisadas e discutidas criticamente cada uma das categorias de análise à luz das contribuições teóricas sinalizadas previamente. Cabe salientar que seus conteúdos e



apontamentos tiveram como eixo norteador o objetivo central definido para o presente estudo.

### **O Estabelecimento de uma Economia de Mercado e a Criação de Mercadorias Fictícias**

Uma economia de mercado, basicamente, se baseia no mecanismo de autorregulação dos preços para definir a alocação dos recursos produtivos e dos bens consumíveis. Nesse sistema, assume-se que os agentes econômicos buscam maximizar seus benefícios monetários, e que há equilíbrio entre oferta e demanda nos mercados. O dinheiro é o instrumento que permite a troca e a acumulação de riqueza, e que determina os lucros dos produtores e os rendimentos dos consumidores. Assim, os preços são o elemento central que garante a ordem na produção e na distribuição, sem a necessidade de intervenção externa (POLANYI, 2016).

A análise da evolução histórica dos mercados na transição da Idade Média para a Idade Moderna, traçada pelo antropólogo e sociólogo húngaro Karl Polanyi (2016), destaca que eles não tinham um papel central na organização econômica da sociedade. Ao contrário, a economia estava subordinada à estrutura social e aos interesses políticos, e o modelo de mercado coexistia com outros princípios de comportamento econômico. O autor afirma que, mesmo nos casos de maior expansão comercial, como no mercantilismo, os mercados estavam sujeitos à intervenção e à regulação do Estado, que buscava a autarquia tanto no nível local como no nacional. Nesse sistema, a terra e o trabalho eram integrados à organização social (o dinheiro ainda não era um fator importante da indústria). A terra, como eixo da ordem feudal, sustentava o sistema militar, judicial, administrativo e político - seu status e sua função eram definidos por normas legais e costumeiras. A transmissibilidade, os direitos de propriedade e os usos da terra eram regulados institucionalmente, e não pelo mercado.

O trabalho também estava organizado socialmente. As atividades produtivas estavam inseridas na estrutura social. As relações de trabalho, as condições de exercício do ofício, o número de aprendizes, os salários dos artesãos – tudo isso era determinado e regulado pelo costume e pelas autoridades da corporação e da cidade.





De acordo com Polanyi (2016), a única discordância naquele momento era sobre os meios de regulamentação: as corporações, as cidades e as províncias defendiam o costume e a tradição, enquanto o Estado favorecia os estatutos e os decretos. Mas todos rejeitavam a ideia de mercantilização do trabalho e da terra, ou seja, uma economia de mercado. Os mercantilistas buscavam o desenvolvimento dos recursos do país, garantindo o pleno emprego, por meio do transporte e do comércio, sem questionar a organização tradicional do trabalho e do uso da terra.

Portanto, uma economia orientada exclusivamente por diretrizes de mercado era evitada, assim como o conceito de mercado autorregulado era inexistente; na verdade, sua emergência representou uma ruptura radical com a tendência anterior apresentada, isso porque na perspectiva dos entusiastas do mercado autorregulado, o Estado deveria permitir de maneira inquestionável que os mercados se formem e evitar que os rendimentos se originem fora deles. Também deveria abster-se de interferir na adaptação dos preços às variações do mercado, seja de bens, trabalho, terra ou moeda. Assim, os mercados devem ser livres e autônomos, sem intervenção política que afete seu funcionamento. Essa é a única forma de garantir a autorregulação do mercado, que se torna o principal ordenador da esfera econômica.

Quando se fala em autorregulação, nessa discussão, significa dizer que a produção depende exclusivamente do mercado, que determina os preços e os rendimentos de todos os agentes econômicos. Para que isso dê certo, é preciso que haja mercados para todo e qualquer elemento social, ou seja, não só para comercializar bens, mas também, trabalho, terra e dinheiro, que passam a ser vendidos/comprados por salários, rendas e juros, respectivamente. Esses preços geram rendimentos para quem oferece esses recursos: juros para os credores, rendas para os proprietários de terra, salários para os trabalhadores e lucros para os empresários. Os lucros são a diferença entre o preço e o custo dos bens produzidos.

Naquele momento em que o europeu “descobre”, conquista e explora as novas terras, a Europa ainda vivia nesse sistema onde o Estado, as corporações e os mercantilistas rejeitavam a ideia de uma economia de mercado. O poder ainda não estava associado ao montante de lucro, mas sim, ao de terra. As novas terras eram valiosas para o europeu de diversas classes diferentes porque eram vastas,



ricas, pouco povoadas e cheias de espaço; era necessário povoá-las, já que o que habitava no imaginário popular da época era a ideia de que

Grandes populações significavam grande poder. Grande poder significava grandes aquisições de terras. Grandes aquisições de terras significavam grande riqueza. Grandes extensões de terras e grande riqueza significavam espaço para um número maior de pessoas. (BAUMAN, 2005, p. 48)

Entretanto, na medida em que o século XVIII ia chegando perto do seu fim, mais difícil foi evitar a ruptura radical com esse modelo econômico. Os mercados regulamentados foram substituídos pelos mercados autorregulados no final desse século e isso implicou em uma transformação profunda da estrutura da sociedade, que passou a ser organizada em torno da lógica do mercado e da concorrência.

O que acontece com a sociedade no advento do século XIX foi uma exceção histórica já que a atividade econômica foi isolada de todo o resto – algo jamais visto. Polanyi (2016) explica que a existência de um mercado autorregulado baseia-se na separação institucional da sociedade em esferas econômicas e políticas. Isso foi uma inovação pois, muito embora todas as sociedades dependam de sistemas para regular a produção e distribuição de bens, isso não implica em instituições econômicas autônomas. Normalmente, a ordem econômica é apenas uma dimensão da ordem social. Nas sociedades tribais, feudais e mercantilistas, por exemplo, não existia um sistema econômico independente.

O mecanismo do mercado se baseia no conceito de mercadoria, que são objetos feitos para serem vendidos no mercado. O mercado, por sua vez, é o lugar onde compradores e vendedores se encontram e negociam. Assim, cada elemento da indústria é visto como uma mercadoria, que está sujeita ao mecanismo de oferta e demanda, que determina o seu preço. Isso implica que existam mercados para todos os elementos da indústria, que se organizam em grupos de ofertantes e demandantes, e que cada um tem um preço que varia conforme a oferta e a demanda. Esses mercados, que são muitos, se conectam entre si e formam um Grande Mercado Único.

De acordo com Polanyi (2016), para que haja uma economia de mercado, é preciso que a sociedade passe a se conceber em termos de mercado também. Para tanto, foi necessário que o mercado envolvesse, todos os elementos da indústria, como o trabalho, a terra e a moeda. A problemática da questão se inicia no fato de que colocar esses elementos no mercado significa submeter a essência da sociedade



às regras do mercado. Ou seja, para funcionar, um modelo institucional como o mercado exige que a sociedade se adapte inteiramente a ele, e isso ocorre através da transformação de todo e qualquer artefato em mercadoria, inclusive e principalmente, aquilo que não existe essencialmente para ser comercializado, como o trabalho, a terra e o dinheiro.

O que Polanyi (2016) vai problematizar a partir desse ponto é que esses elementos não são produtos para serem vendidos, mas sim atividades humanas, naturais e simbólicas que são integradas à vida cotidiana e não podem ser separadas dela. Isso faz com que a descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias tenha um caráter fictício, puramente teórico e irreal. Esses elementos não existem, essencialmente, para serem comercializados no mercado. De acordo com o autor, essa ficção de que o trabalho, a terra e o dinheiro são mercadorias é fundamental para a regulação do sistema e afeta quase todas as instituições da sociedade. Qualquer coisa que impeça o funcionamento efetivo do mecanismo do mercado, de acordo com essa perspectiva, não deve ser permitida.

No entanto, essa ficção criada em torno do trabalho, da terra e do dinheiro, que reduzem esses aspectos essenciais da vida humana a mercadorias, têm graves consequências para a sociedade. Como Polanyi (2016), observou de maneira pioneira e quase profética<sup>13</sup>, permitir que o mecanismo de mercado governasse exclusivamente os destinos humanos, tal como o liberalismo tentou e o neoliberalismo conseguiu fazer, levaria à destruição da sociedade.

Isso ocorre porque a força de trabalho tratada como mercadoria, ainda que em caráter fictício, não pode ser gerenciada ou aplicada sem afetar o indivíduo que encarna essa mercadoria. Ao dispor da força de trabalho de um indivíduo, o sistema disporia, por inerência, da entidade física, psicológica e moral que o compõe. Desprovidos da proteção oferecida pelas instituições regulamentadoras, como políticas sociais, sindicatos e organizações operárias, os seres humanos sucumbiriam aos estragos da sociedade, morrendo de extrema desintegração social causada pelo vício, pelo crime e pela fome. É em um contexto semelhante a esse

---

<sup>13</sup> Muito embora a referência do texto de Polanyi utilizada neste artigo date de 2016, a publicação original ocorreu em 1944. Lendo o texto do autor atualmente e observando todos os problemas sociais que nossa sociedade contemporânea enfrenta hoje, não parece incoerente a afirmação de que Polanyi previu, ou pelo menos antecipou, acontecimentos que estavam porvir.



descrito por Polanyi (2016) que vivem as pessoas marginalizadas nos grandes centros urbanos. As estratégias de sobrevivência e as soluções locais que os indivíduos adotam são justamente para evitar a morte pela extrema desintegração social.

E Polanyi (2016) continua com sua análise/profecia: com o processo de transformar a terra em mercadoria, a natureza seria reduzida aos seus elementos, o ambiente e as paisagens sofreriam com a poluição, os cursos de água seriam devastados pela contaminação, a segurança militar seria comprometida e a produção de alimentos e matérias-primas sucumbiria à destruição.

Em suma, o diagnóstico de Polanyi (2016) é que os efeitos de um sistema baseado em ficções não poderiam ser suportados por nenhuma sociedade, caso sua substância humana e sua organização natural não fossem protegidas contra o impacto devastador de uma economia de mercado e a criação de mercados para elementos que não são, essencialmente, comercializáveis, como o trabalho, por exemplo.

Apesar da análise de Polanyi (2016), uma economia de mercado se desenvolveu, se estabeleceu e tomou conta, de forma objetiva e subjetiva da vida das pessoas. Elementos se tornaram mercadorias e um mercado para essas mercadorias foi criado, tal como o trabalho e o mercado de trabalho, por exemplo. E tal como analisado/previsto pelo autor, a sociedade não conseguiu suportar os efeitos desse sistema de ficções grosseiras. Isso fica nítido na análise do sociólogo alemão Claus Offe (1995), que aponta como nas últimas décadas do século XX, o capitalismo se desorganizou e, pelo menos no que diz respeito ao assunto *trabalho e mercado de trabalho*, causando consequências devastadoras, sendo a marginalização uma delas.

### **Capitalismo Desorganizado e o Fracasso do Mercado de Trabalho**

A institucionalização de um mercado de trabalho, sobretudo nas grandes cidades, surge como uma resposta a um duplo problema encontrado em toda sociedade industrializada, que é distribuir a força de trabalho disponível por todo o processo produtivo concreto, e, fazer com os benefícios dessa distribuição retorne de forma homogênea para a classe operária, formada por pessoas empregadas ou não.



Os defensores e defensoras desse sistema acreditam que tratar o elemento trabalho como mercadoria e comercializá-la em um mercado próprio é uma forma eficaz de alocar a força de trabalho disponível. Entretanto, o aumento da desigualdade social, das taxas de desemprego, de marginalização e exclusão social mostram que a institucionalização de um mercado de trabalho não apenas não resolve o duplo problema apontado anteriormente, como acaba por potencializá-lo. O que Offe (1995) aponta, é que os mercados de trabalho fracassaram nessa missão por três motivos diferentes.

Em primeiro lugar, o fracasso do mercado de trabalho se dá pelo uso de mercadorias de caráter fictício. Como já evidenciado anteriormente, o elemento trabalho não é, por essência, um produto fabricado por nenhuma empresa, instituição ou iniciativa, e, portanto, não tem uma aplicação comercial; se trata de uma atividade humana natural que foi envolvida em uma ficção grosseira (POLANYI, 2016; OFFE, 1995).

Além do que, o elemento trabalho, enquanto uma mercadoria fictícia, é carregada de imprecisões nos termos de acordo: a combinação entre quem vende e quem compra força de trabalho se caracteriza no pagamento salarial pela realização de determinada tarefa, mas não deixa evidente o quanto de esforço será exigido da mercadoria trabalho para a realização da tarefa e nem em quais momentos. Em suma, não fica claro o quanto da força de trabalho está sendo vendida (OFFE, 1995).

Essa venda, também, não ocorre nos termos comuns de uma relação mercantil. Diferentemente do que ocorre com outras mercadorias, não dá para separar a força de trabalho de seu possuidor. Assim, a venda da força de trabalho não implica em uma transferência definitiva e irreversível de direitos, como ocorre nas demais trocas mercantis, ou seja, essa relação não se caracteriza por uma transmutação completa na esfera de circulação, passando da disponibilidade de um vendedor para a de um comprador. Todo comprador da força de trabalho depende da colaboração do trabalhador, já que, por um lado, o comprador não tem o domínio exclusivo sobre a mercadoria que adquiriu e, por outro, o uso da força de trabalho está intrinsecamente relacionado à vontade de seus proprietários. O trabalhador precisa também desejar trabalhar.

O fato de a classe trabalhadora não ser apenas fornecedora de mão de obra, mas também participar da vida política e cultural da sociedade como pessoas



cidadãs, plenas e conscientes de suas condições sociais, constitui o segundo motivo do fracasso do mercado de trabalho. Essas pessoas estão inseridas em uma tradição cultural específica e, portanto, o mercado de trabalho nunca está isolado dos impactos dos demais sistemas ou esferas da vida. Assim, o trabalho humano não pode ser entendido apenas pelas lentes das forças de mercado, mas também deve levar em conta o contexto social e político mais amplo em que atua. E pela mesma razão – tendo em vista que uma economia de mercado regula a dinâmica produtiva com base nos preços aplicados às mercadorias e esses preços dependem de uma concorrência justa – o mercado de trabalho jamais chegará em uma concorrência perfeita, já que a mercadoria comercializada, o trabalho, é de caráter fictício.

O terceiro motivo, apontado por Offe (1995) para o modelo de mercado de trabalho ter falhado, está relacionado aos novos problemas que as sociedades industriais ocidentais começam a sofrer a partir da década de 70. As empresas multinacionais descobriram como combinar a eficiência tecnológica na produção com salários baixos em determinados países do mundo, o que possibilitou que elas pudessem produzir produtos de alta qualidade com custos trabalhistas mais baixos, aumentando assim seus lucros e enxugando o fluxo produtivo. Logo, houve uma multinacionalização do capital doméstico.

Isso contribuiu para que uma desorganização na relação entre oferta e demanda no mercado de trabalho. A expansão do fluxo de produção, associada com os avanços tecnológicos, possibilitou o surgimento de uma abundância de força de trabalho, mas que não é aproveitada pelo mercado de trabalho. Dessa maneira, o progresso econômico, industrial e tecnológico se torna “uma fonte endógena de desemprego” (OFFE, 1995, p. 82).

As consequências últimas dessa desorganização do capitalismo e do fracasso do mercado de trabalho são as crises demográficas e geográficas. Demográficas porque a oferta de força de trabalho cresce de forma mais abastada do que a demanda por ela; e geográfica, já que essa força de trabalho não empregada começa a se concentrar cada vez mais em grandes centros urbanos que não a absorve em seu sistema industrial vigente, contribuindo para a criação e estabelecimento de uma população crescente de pessoas marginalizadas e em sofrimento psicológico.





Essa dinâmica social abre margens para que um novo tipo de capitalismo, com um caráter mais neoliberal, ascenda e se estabeleça socialmente, produzindo transformações profundas no mundo do trabalho e na cultura corporativa (SENNETT, 2006). É o capitalismo neoliberal que se beneficia com todo esse cenário, na medida em que assiste e estimula, por um lado, o desemprego pressionando os salários para baixo e reduzindo os custos para as empresas, e por outro, uma maior produtividade e eficiência advinda da criação de um ambiente de competição acirrada entre os trabalhadores.

Pode-se afirmar, com isso, que os motivos que levaram com que a ideia de mercado de trabalho fracassasse em um cenário de desorganização do capitalismo, são os mesmos que fizeram o capitalismo neoliberal se estabelecer. Dessa maneira, não somente a marginalização, mas também o crescimento do desemprego, a intensificação da exploração da força de trabalho, o desmonte de políticas e direitos trabalhistas, a precarização do trabalho e o avanço da informalidade e da, deixam de ser consequências desastrosas para se tornarem projetos e metas a serem alcançadas em uma economia neoliberal (OLIVEIRA, 2022), conforme veremos a seguir.

### **O Capitalismo Neoliberal e a Colonização do Trabalho no Cenário Brasileiro**

A lógica colonizadora do modo de produção capitalista, em sua vertente neoliberal, tem como fundamento primeiro a defesa da continuidade dos fluxos da economia/mercado – de reprodução e valorização constante do capital – em detrimento dos mecanismos de luta pela garantia da dignidade da vida e trabalho, em suas variadas dimensões (ANTUNES, 2018; HARVEY, 2011). Os aspectos característicos da atual morfologia do capitalismo financeiro, personalizado na figura do “sujeito neoliberal” (DARDOT; LAVAL, 2016a; 2016b), produzem e reproduzem simulacros de liberdade e autonomia cuja lógica meritocrática reforça a crença individual e coletiva nos ideais sócio-identitários de “empreendedores de si”, “próprios patrões”, “donos do próprio barco”, numa dinâmica alicerçada pelo mascaramento de assimetrias sociais e outras formas de exclusão e negação de direitos que, no limite, representam sua base de sustentação (GUIMARÃES JUNIOR; GONÇALVES; CARDOSO, 2020).



Neste panorama, os contextos de trabalho representam palco privilegiado para a observação desses aspectos. Observa-se que a ampliação do fenômeno da precarização social do trabalho (DRUCK, 2013) forma um cenário de desabilitação de direitos e ameaça à saúde, proteção social, organização coletiva e às formas de trabalho digno e eticamente referenciadas, particularmente no Brasil. Em paralelo, decisões político-jurídicas no cenário trabalhista brasileiro respaldam essa flexibilização generalizada e representam suas condições de possibilidade, manutenção e aperfeiçoamento (DRUCK, 2021; ANTUNES, 2020).

Podemos afirmar, neste sentido, que os níveis de precarização e expropriação de direitos que configuram o contexto laboral brasileiro são tributários da historicidade do país e seus tradicionais mecanismos colonialistas e fundamentalmente racistas (baseados em processos de escravização de pessoas negras). Desde o período colonial, a ideia de raça – e seus níveis de superioridade/inferioridade entre colonizador/colonizado – representou um estratégico instrumento que possibilitou o desenvolvimento de formas de dominação, controle e exploração do trabalho que, por sua vez, foram associadas a certa naturalidade e a uma espécie de não estranhamento (LANDER; CASTRO-GOMEZ, 2005).

Neste processo, especialmente no que tange à constituição histórica da América Latina, foram implementadas formas de dominação colonial de base eurocentradas que, na esfera trabalhista, ganharam a roupagem do que Lander e Castro-Gomez (2005) denomina de uma sistemática *divisão racial do trabalho*, a partir da qual populações específicas passaram a ocupar lugares sociais também específicos no cenário laboral. Assim, ao desconsiderar suas condições históricas de existência, toma-se como “natural”, por exemplo, a presença de populações negras e indígenas em ocupações e funções mais precarizadas, arriscadas, desgastantes, menos regulamentadas e, portanto, passíveis de maior exploração. Nota-se que essas formas de distribuição e divisão do trabalho advindas do período colonial ganharam outros contornos com o desenrolar da história do capitalismo mundial (e periférico, no caso brasileiro) e suas manifestações, atreladas a novos aspectos culturais e inéditos elementos político-econômicos, podem ser observadas ainda na atualidade dos contextos trabalhistas.



Este argumento ganha força quando observamos, por exemplo, as contribuições de Almeida (2020) ao afirmar que o caráter estrutural do racismo naturaliza a inserção de pessoas negras no mercado de trabalho com salários menores e condições mais precárias. Em consonância, Santos, Diogo e Shucman (2014) evidenciam a divisão racial e sexual do trabalho que cria "não lugares" destinados às mulheres, negros e, particularmente, às mulheres negras brasileiras. Tais afirmações também encontram eco no recente estudo de Lacerda Neto et al. (2021) que, ao considerar a relação racismo-trabalho-pandemia, evidencia como o cenário de crise sanitária intensificou os efeitos nocivos à saúde da população negra no contexto trabalhista do Brasil.

No caso das juventudes, o cenário não é diferente. Santos e Scopinho (2011) revelam como construções racistas promovem acordos sociais que fazem com que jovens negra(o)s sejam excluída(o)s e destinada(o)s à margem das relações laborais hegemônicas. Ao encontrem obstáculos para a garantia do direito às formas de trabalho digno, acabam ocupando posições com condições precárias e desiguais em relação a setores da população branca. Em paralelo, Prado, Silva e Silvestrini (2020) apontam como as juventudes vêm sofrendo efeitos dos mecanismos de dominação e opressão a partir das interseccionalidades de raça, classe, gênero e sexualidades que, quando combinados, representam modos de controle do trabalho e potente mecanismo de manutenção e reprodução dos ciclos de exclusão e desigualdades sócio-históricas.

A forma como esse novo capitalismo financeiro, neoliberal, digital, algorítmico e globalizado se organizou, produziu uma dinâmica que está atrelada a elementos outrora inexistentes, que dividem espaço com tradicionais formas de exploração e injustiças historicamente presentes nos mundos do trabalho. Neste sentido, Antunes (2018; 2020) afirma que, com o recrudescimento do neoliberalismo e seus alcances a níveis cultural e subjetivo, novos desafios são impostos à juventude que trabalha, seja pelos índices de desemprego e informalidade, seja pelo mito do "empreendedorismo" que, em sua acepção fundamental, muitas vezes é sinônimo de servidão, auto-exploração e condições de trabalho sem direitos sociais garantidos.

Assim, observa-se, na dinâmica social, a articulação entre neoliberalismo e determinadas instâncias sociais de poder e dominação que, atrelada a fundamentos



morais, tem como resultado o fortalecimento no campo social de forças antidemocráticas, racistas, sexistas, fatalistas e fundamentalistas, de forte apelo e receptividade por parte de determinados segmentos populares. Combinadas aos ataques neoliberais das últimas décadas à coletividade, justiça social e ao bem comum (DARDOT; LAVAL, 2017) – entraves para os avanços do capital –, essas forças vêm ganhando destaque no cenário contemporâneo e suas manifestações e influências remodelam a própria experiência neoliberal, principalmente a nível da produção subjetiva. Trata-se de um cenário no qual o processo de desregulamentação e flexibilização dos mercados intensifica e reproduz cada vez mais os níveis de desigualdade social e as formas de estratificação de classe, raça e gênero manifestadas, particularmente, nos contextos de trabalho (BROWN, 2019; 2015).

Neste sentido, nota-se que este cenário de colonização da vida pela lógica do capital, manifestado de forma particular pelos processos de precarização estrutural do trabalho, possui variados efeitos deletérios que revelam-se ainda mais intensificados no caso das juventudes negras, tanto por meio dos obstáculos históricos para o exercício pleno de seus direitos (a formas de vida e trabalho dignas, por exemplo) quanto nas formas de sofrimento psíquico e impactos para a saúde mental (LACERDA NETO et al., 2021). A seguir, serão apresentados alguns elementos reflexivos que nos permitem sustentar esta argumentação.

### **Um Panorama Sobre os Impactos dessas Lógicas de Trabalho na Juventude Periférica Brasileira a Partir da Pandemia**

Os dados da recente pesquisa publicada em 2021 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) nos possibilitam analisar como desigualdades relacionadas a sexo, raça e idade no mercado de trabalho foram impactadas pela pandemia. O estudo, que utilizou como base a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando o primeiro e o segundo trimestre dos anos 2012 a 2020, revelam que a crise sanitária impactou mais intensamente o trabalho de mulheres, negra(o)s e jovens.

Observando os dados com maior detalhamento, nota-se que durante todo o período analisado, a taxa de ocupação das mulheres foi inferior a dos homens e que



a pandemia dificultou ainda mais as possibilidades de mudança deste cenário. A pesquisa também aponta que a crise pandêmica intensificou as diferenças dos índices de ocupação laboral entre pessoas negras e brancas. Neste caso, é possível observar que os níveis de desemprego da população negra aumentaram em 2020, assim como houve redução nos níveis de entrada em ocupações formais. Com relação à juventude, os dados revelam maiores dificuldades e aumento da redução das chances de entrada no mercado de trabalho: em 2015, a proporção de ocupados era de 64,7% para os mais jovens (14 a 29 anos e idade) e 72% para os adultos (30 a 59 anos), já em 2020 este quantitativo passou para 52,4% no caso dos jovens e 64,7% para o segundo grupo (IPEA, 2021).

Em consonância com esses resultados, o relatório intitulado “Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2021”, produzido pelo IBGE, aponta que, entre os segmentos sociais analisados, a população negra representa a maior parte desempregada, em subocupações e com maiores níveis de desemprego entre jovens. Os dados mostram que, com relação às oportunidades e condições de trabalho, grupos específicos como mulheres, pessoas pretas ou pardas, jovens e a população com menor nível de instrução são as que apresentam indicadores mais desfavoráveis.

No que tange à faixa etária, jovens representam a população mais afetada pela diminuição dos níveis de ocupação em 2020: números apontam que os índices foram de 53,7%, em 2012, 49,4%, em 2019 e apenas 42,8%, em 2020. Outro fator importante a se considerar é o fato de que a ocupação de jovens tende a ser mais atingida em cenários de crise (como é o caso da pandemia) e este processo costuma ser acompanhado pelo aumento dos níveis de informalidade e subemprego (IBGE, 2021).

A intenção de reunir e apresentar essas informações advém da necessidade de embasar nosso argumento acerca da realidade do fracasso do mercado de trabalho (OFFE, 1995) e da utilidade desse malogro para o capitalismo neoliberal (SENNETT, 2006) que, para além dos motivos já citados, ainda tem como fator determinante – no caso brasileiro especificamente – a existência de desigualdades raciais historicamente reproduzidas e reforçadas que, em sua função, dificultam a presença, ascensão e mobilidade de jovens negra(o)s.



Toda essa dinâmica reforça, em larga medida, o processo social de marginalização que, no Brasil, pode ser concebido não só como uma consequência direta do fracasso de um mercado de trabalho, como também de um processo histórico-colonial de dominação, exclusão e ausência de políticas públicas para esta população. Processo que, em suas variadas dimensões, atribui às juventudes negras um lugar social “natural” nos contextos laborais, a partir do qual injustiças são banalizadas e formas de exploração são eufemizadas, numa dinâmica crescente de negação e expropriação do direito a formas de trabalho dignas e eticamente referenciadas.

Como um ingrediente a mais nesta complexa receita, a pandemia representa um fenômeno que intensificou os processos de precarização estrutural do trabalho no Brasil, reforçou assimetrias e desigualdades sociais e catalisou seus efeitos para as juventudes negras. A pesquisa “Juventudes e a Pandemia do Coronavírus – 2ª edição”<sup>14</sup> (2021), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), em seu eixo intitulado “Trabalho e Renda”, apresenta como se dão as condições de trabalho e renda das juventudes em cenário pandêmico assim como as possíveis alternativas diante das dificuldades impostas pela crise. Participaram da pesquisa mais de 68 mil jovens de todo o país, sendo 66% de mulheres e 52% de pessoas negras.

Entre os vários dados apresentados, o estudo revela que entre jovens que não estão trabalhando, um total de 35% tiveram sua primeira atividade no mercado de trabalho durante a pandemia e, entre eles (principalmente aqueles com 18 a 24 anos), a informalidade e o trabalho autônomo representaram as principais formas de inserção laboral. Os dados apontam que 1 em cada 10 trabalharam por conta própria ou abriram seu próprio negócio e 2 a cada 10 realizaram trabalhos pontuais sem carteira assinada. Observa-se, deste modo, a presença de jovens em atividades informais e no chamado “subemprego” que, durante a pandemia, teve aumento significativo e cuja dinâmica nos coloca diante de inúmeros desafios relacionados aos mecanismos de proteção social, organização, regulamentação e saúde da juventude que trabalha. Assim, essas informações nos direcionam para a análise de um aspecto de grande relevância na atualidade do cenário trabalhista brasileiro,

---

14 Trata-se de recente pesquisa realizada com mais de 68 mil jovens brasileira(o)s sobre os diversos impactos da pandemia em suas vidas e também no campo social. O relatório completo pode ser acessado no site "Atlas das Juventudes" através do seguinte link: <https://atlasdasjuventudes.com.br/juventudes-e-a-pandemia-do-coronavirus/>





especialmente quando se trata de questões relacionados às juventudes negras, a saber: o fenômeno da uberização/plataformização do trabalho (ANTUNES, 2020).

Aqui, cabe destacarmos que este fenômeno, em suas especificidades e capilarização no campo social, tem atraído parcela significativa de jovens a nível nacional, particularmente das chamadas juventudes periféricas. Sobre este ponto, as considerações de Abílio (2020a; 2020b) sobre o trabalho de entregadores de aplicativos (“*bikeboys*” e “*motoboy*s”) revelam o modo como essas atividades possuem um caráter tipicamente juvenil, negro e periférico. De acordo com a autora, “modos de vida tipicamente periféricos estão sendo administrados de forma centralizada e racionalizada sob esse novo tipo de organização e gerenciamento do trabalho” (ABÍLIO, 2020a, p. 580). Personificando a figura do “trabalhador *just in time*”, imersos num contexto de trabalho periférico, desprotegidos socialmente e expostos a inúmeros riscos em suas atividades laborais, esses sujeitos revelam-se enquanto peças-chave neste complexo quebra-cabeça no qual “quanto mais socialmente desprotegida e mais mal remunerada, mais juvenil e negra é a ocupação de entregador” (ABÍLIO, 2020a, p. 581).

A partir destes fatos, é coerente afirmar que a ideologia neoliberal que produz trabalhadora(e)s desprotegida(o)s socialmente, envolvida(o)s paradoxalmente em arcaicas e inéditas formas de exploração, e que se auto-gerenciam na cadência algorítmica das relações uberizadas, o fazem sob a égide da figura do “sujeito empreendedor”, responsável por toda sorte de custos, ganhos e riscos de suas atividades (HAN, 2018). Neste mosaico, percebe-se que essas relações passaram a ganhar novos contornos com o advento da pandemia e seus desdobramentos atingem diferentes dimensões, particularmente no que se refere aos impactos no processo saúde-doença no trabalho (GUIMARÃES JUNIOR; GONÇALVES; CARDOSO, 2020; UCHÔA-DE-OLIVEIRA, 2020).

### **Considerações Finais**

#### **Estratégias de Sobrevivência, as Redes de Reciprocidade e a Emergência de se Pensar em Alternativas de Resistência**

Tal como Hintze (2009) sugere, para além das preocupações com o que causa a marginalização, a precarização do trabalho e da existência e como esse processo se desdobrou até este momento, vale refletir acerca de como essa



população marginalizada, que mesmo com toda exclusão, pobreza e precariedade, consegue sobreviver, seja no Brasil ou seja em qualquer outra periferia da América Latina.

Sem a necessidade de profundos estudos, é possível notar que a economia dessa população marginalizada se sustenta financeiramente, em grande parte, pelo trabalho precário e mal remunerado. Independente das singularidades da economia industrial urbana de cada grande cidade da América Latina, o que resta às pessoas que estão à margem do fluxo produtivo dominante são trabalhos de manutenção e construção, de coleta e reciclagem de lixo, serviços domésticos e de limpeza, atividades de muito esforço físico e mental, entre outros, que, muito embora sejam de bastante importância para o cenário urbano, são considerados periféricos (LOMNITZ, 1975); e, mais recentemente, as atividades vinculadas aos aplicativos, tais como motoristas e entregadores e entregadoras, por exemplo.

Entretanto, ao se aprofundar mais na questão, Lomnitz (1975) observa que, para além de uma economia baseada em trabalho periféricos, a sobrevivência de marginalizados e marginalizadas depende de uma complexa rede de relações sociais de ajuda mútua – um sistema que evoluiu a partir da instabilidade financeira e da precariedade do trabalho e que acabou por se tornar crucial para a existência dessa população. Algo que pode ser compreendido, pelo menos na perspectiva de Hintze (2009), como um exemplo literal de *estratégia de sobrevivência*.

O sistema identificado por Lomnitz (1975) foi definido como *redes de reciprocidade*, ou seja, troca de favores e presentes em relações sociais, onde as pessoas se ajudam mutuamente e criam laços de cooperação. Em uma comunidade mexicana observada pela autora, por exemplo, a rede de reciprocidade é uma estratégia de sobrevivência crucial para os moradores e moradoras daquele local, inclusive, economicamente. Tanto é, que instituições tradicionais, tais como o parentesco, a vizinhança, a amizade, a religião, entre outras, são utilizadas de forma integrativa a essa rede de ajuda mútua.

Lomnitz (1975) aponta para a proximidade física e para a confiança como fatores importantes para o estabelecimento dessa rede de reciprocidade. A simetria nas adversidades enfrentadas entre pessoas próximas é um fator de identificação forte para que a confiança se estabeleça e as partes envolvidas aceitem se integrar nessa rede de assistência mútua.



Essas redes de reciprocidade, além de estratégias de sobrevivência, são as formas que a população marginalizada encontrou de resolver localmente e biograficamente os problemas globais, como o da marginalização, desigualdade e o avanço da pobreza, gerados a partir da ficção do trabalho como mercadoria, da criação e fracasso do mercado de trabalho e da colonização do trabalho pelo estabelecimento do capitalismo neoliberal, tal como apontado em todo este artigo.

Mas, apesar da observação deste cenário histórico e social descrito ao longo do texto, pode-se afirmar, em contrapartida, que diferentes formas de dominação no mundo do trabalho não estão desacompanhadas de contrapontos e movimentos de resistência que se colocam na contramão dos processos contínuos de perda de direitos e ameaças à saúde e à dignidade na arena laboral. Trazer visibilidade para esses movimentos e reafirmar sua potência transgressora na atualidade revela-se, para nós, como uma necessidade ético-política, além de servir também, para mostrar que resistir a opressão é uma estratégia de sobrevivência.

Neste sentido, cabe destacar alguns aspectos que, por exemplo, na dinâmica da uberização, revelam-se potentes contrapontos às formas de exploração indiscriminada e controle exacerbado da(o)s trabalhadora(e)s uberizada(o)s. Mesmo sob a primazia das ofensivas disciplinares e das formas de dominação características do modo de produção capitalista neoliberal, as formas de resistência e organização coletiva da(o)s trabalhadora(e)s representam um fator de grande relevância para os movimentos de luta pela saúde e dignidade no trabalho. Uchôade-Oliveira (2020) aponta uma série de outros movimentos coletivos<sup>15</sup> que vêm ganhando força em diferentes países desde 2015, entre eles, no contexto brasileiro, destacam-se paralisações de jovens motoristas e entregadores, greves, movimentos, associações e outras potentes ações de resistência que direcionam-se, em sua diversidade, para a luta e os esforços de proteção da saúde, afirmação da dignidade e garantia de direitos sociais no trabalho.

Poderíamos aqui destacar muitos outros movimentos de resistência e enfrentamento às opressões sociais na arena trabalhista, envolvendo diferentes

---

15 Entre eles, destacamos a importância social da primeira paralisação nacional (1º de setembro de 2020) organizada por esses coletivos enquanto categoria profissional, intitulada “#BrequeDosApps”. Entre as principais demandas do movimento estão o aumento da tarifa por quilômetro rodado, o aumento do valor mínimo por entrega e o fim dos bloqueios sem justificativa, além da urgente necessidade de mecanismos de proteção e segurança da(o)s trabalhadora(e)s diante dos riscos impostos pela pandemia.



categorias profissionais e segmentos da sociedade, porém decidimos ressaltar também a relevância das ações institucionais do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)<sup>16</sup>. Entre seus projetos, observam-se iniciativas voltadas para a garantia de ações afirmativas e diversidade no trabalho assim como ações voltadas para os desafios do trabalho das juventudes negras no Brasil. Neste ponto, destacamos o "Programa Prosseguir"<sup>17</sup> cujo objetivo é desenvolver futuras lideranças negras que estão em universidades localizadas nas regiões centrais de São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. Criado em 2019, o projeto já está na sua quarta edição e até o momento contou com a participação de 292 jovens negras e negros em atividades que envolvem desde apoio financeiro, letramento racial, aperfeiçoamento de idioma (inglês) e também outras formas de suporte para projetos de vida e inserção qualificada no mercado de trabalho.

Entendemos a importância de concluir este artigo trazendo os conceitos de estratégias de sobrevivência, redes de reciprocidade e buscando exemplos de resistências entre a juventude periférica, sobretudo brasileira, pois, tal como Lomnitz (1975), enxergamos que há potencial nessas abordagens para conter o fenômeno da marginalização e da precarização. Claro que para tanto, seria necessário que tais abordagens fossem incorporadas aos fluxos produtivos industriais e também digitais, ao invés de serem utilizadas apenas como estratégias de sobrevivência. Isso exigiria um foco em novas abordagens de produção que explorassem alternativas aos mecanismos redistributivos tradicionais empregados pelas nações industrializadas, além de uma maior artenalização da indústria, alavancando o trabalho humano e contrariando a tendência de automatização e mercantilização da atividade laboral.

Offe (1995) também enxerga a necessidade e a emergência de novas abordagens de produção, tendo em vista o fracasso do mercado de trabalho e suas consequências. O autor, contudo, não trabalha com o conceito de estratégias de sobrevivência, logo, sua aposta se concentra na formalização das atividades

---

16 Trata-se de importante organização, criada na década de 1990, cujo objetivo é, por meio de projetos e ações, defender os direitos da população negra, particularmente da juventude e das mulheres. Para mais detalhes sobre a instituição e acesso a relatórios de iniciativas já realizadas, ver: <https://ceert.org.br/>

17 Para maiores detalhes sobre o projeto e acesso aos materiais audiovisuais (relatos, vídeos e registros fotográficos) de suas diferentes edições, acessar: <https://prosseguir3e.ceert.org.br/>



informais como uma alternativa ao mercado de trabalho e à ficção do trabalho enquanto mercadoria. Para Offe (1995), a atividade informal é promissora e deveria ser reconhecida institucionalmente através de políticas públicas e modelos fiscais que apoiassem e incentivassem o trabalho informal, protegendo essa categoria da ambição e da ampliação da exploração da mão de obra promovida pelo capitalismo neoliberal, materializado – ou poderíamos dizer digitalizado? – pelos aplicativos de serviço.

Como bem observado por Lomnitz (1975) e Bauman (2005), o sistema de produção industrial requer cada vez mais qualificação e menos força de trabalho – cortesia do progresso econômico, industrial e tecnológico; além do fato de a pouca absorção do mercado de trabalho alcançar muito mais os descendentes daquelas pessoas que já foram absorvidas anteriormente do que as novas pessoas que vão chegando nos grandes centros urbanos, o que faz com que o fenômeno da marginalização e da pobreza não pare de crescer.

A falsa ideia de que o trabalho é uma mercadoria e que o mercado criado para essa mercadoria pode se autorregular arrasta a sociedade, cada vez mais, para dentro de um moinho demoníaco, como afirma Polanyi (2016), responsável por devastar a vida de milhares de pessoas. Essas pessoas veem o peso dos problemas criados pelo capitalismo caírem sobre seus ombros e são obrigadas a elas mesmas, resolverem localmente essas demandas e desenvolverem estratégias de sobrevivência. Independente da perspectiva a ser observada, é inegável que algo precisa ser feito. Nas palavras do filósofo estadunidense Richard Rorty (1999),

Deveríamos criar nossos filhos para achar intolerável que nós, que nos sentamos atrás de mesas e digitamos em teclados, recebamos dez vezes mais do que as pessoas que sujam as mãos limpando nossos banheiros e cem vezes mais do que aqueles que fabricam nossos teclados no Terceiro Mundo. Devemos garantir que eles se preocupem com o fato de que os países que se industrializaram primeiro têm uma riqueza cem vezes maior do que aqueles que ainda não se industrializaram. Nossos filhos precisam aprender, desde cedo, a ver as desigualdades entre suas próprias fortunas e as de outras crianças não como a Vontade de Deus nem como o preço necessário para a eficiência econômica, mas como uma tragédia evitável. Eles devem começar pensando, o mais cedo possível, em como o mundo pode ser mudado para garantir que ninguém passe fome enquanto outros têm fartura. (p. 203-204, tradução nossa)<sup>18</sup>

---

18 *“We should raise our children to find it intolerable that we, who sit behind desks and punch keyboards, receive ten times more than the people who get their hands dirty cleaning our bathrooms, and a hundred times more than those who manufacture our keyboards in the Third*



---

*World. We must ensure that they care about the fact that the countries that industrialized first have a wealth a hundred times greater than those that have not yet industrialized. Our children need to learn, from an early age, to see the inequalities between their own fortunes and those of other children not as God's Will or as the necessary price for economic efficiency, but as an avoidable tragedy. They should start thinking, as early as possible, about how the world can be changed to ensure that no one goes hungry while others have plenty”.*





### Bibliografia

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. Uberizacao: a era do trabalhador just-in-time? Estudos Avancados, v. 34, n. 98, p. 579-597, 2020b. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-4014.2020.3498.008>>. Acesso em: 19 de set. 2023.
- \_\_\_\_\_. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, Autogerenciamento e Novas Formas de Controle do Trabalho. Novos Estudos. v. 39, p. 579-597, 2020b. Disponível em: <<https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>>. Acesso em: 19 de set. 2023.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. O Que é Racismo Estrutural?. Belo Horizonte: Letramento, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado (Pandemia Capital). São Paulo: Boitempo, 2020.
- \_\_\_\_\_. O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.
- \_\_\_\_\_. Desenhando a Nova Morfologia do Trabalho no Brasil. Estudos Avancados. v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-40142014000200004>>. Acesso em: 19 de setembro de 2023.
- BAUMAN, Zygmunt. Vidas Desperdiçadas. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BECK, Ulrich. Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BROWN, Wendy. Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.
- \_\_\_\_\_. Undoing the Demos: Neoliberalism's Stealth Revolution. New York: Zone Books, 2015.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.
- \_\_\_\_\_. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. Revista Olho da História. n. 22, 2016a. Disponível em: <<http://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/04/dlneoliberalismo.pdf>>. Acesso em: 04 de mai. 2020.
- \_\_\_\_\_. A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016b.



DRUCK, Maria da Graça. A tragédia neoliberal, a pandemia e o lugar do trabalho. *O Social em Questão*. v. 49, p. 11-34, 2021. Disponível em: <[http://www.ser.puc-rio.br/3\\_DRUCK.PDF](http://www.ser.puc-rio.br/3_DRUCK.PDF)>. Acesso em: 19 de set. 2023.

\_\_\_\_\_. A Precarização Social do Trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 55-73.

GUIMARÃES JUNIOR, Sergio Dias; GONÇALVES, Lucas Rocha; CARDOSO, Artur Junior Santos. Do Sujeito à Sujeição: apontamentos reflexivos à psicologia organizacional e do trabalho em contexto de pandemia pela COVID -19. *Laborativa*. v. 10, n. 1, p. 40-67, 2021. Disponível em: <<https://ojs.unesp.br/index.php/rlaborativa/article/view/3399>>. Acesso em: 19 de set. 2023.

HAN, Byung-Chul. *Psicopolítica – o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Belo Horizonte: Editora Âyiné, 2018.

HARVEY, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. 2ed. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HINTZE, Susana. Capital Social y Estrategias de Supervivencia: reflexiones sobre el capital social de los pobres. In: DANANI, Claudia (Org.). *Política Social y Economía Social: debates fundamentales*. Buenos Aires: Fundación Osde - Altamira - Universidad Nacional de General Sarmiento, 2004. p. 1-19.

LACERDA NETO, Miguel de Sousa et al. Racismo, Trabalho e Psicologia: provocações ético-políticas à luz da pandemia pela COVID-19. *Psicol. Am. Lat.* n. 35, p. 105-112, 2021. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1870-350X2021000100009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-350X2021000100009&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 04 de jul. 2022.

LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e Ciências Sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

LOMNITZ, Larissa Adler de. *Cómo Sobreviven los Marginados*. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1975.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.



OLIVEIRA, Cleyton da Silva. Neoliberalismo, Sofrimento e Indiferença. *Katálysis*, v. 25, n. 2, p. 365-373, maio-ago. 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e82611>>. Acesso em: 15 de set. 2023.

PAUTASSO, Marco. The Structure and Conduct of a Narrative Literature Review. In: SHOJA, Mohammadali et al. (Eds.). *A Guide to the Scientific Career: virtues, communication, research, and academic writing*. Hoboken: Wiley Blackwell, 2020. p. 299-310.

PRADO, Ana Carolina; SILVA, Carla Regina; SILVESTRINI, Marina Sanches. Juventudes, Trabalho e Cultura em Tempos de Racionalidade Neoliberal. *Cad. Bras. Ter. Ocup.* v. 28, n. 2, p. 706-724, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1846>>. Acesso em: 19 de set. 2023.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação: as raízes políticas e econômicas de nossa época*. Coimbra: Edições 70, 2016.

RORTY, Richard. *Philosophy and Social Hope*. London: Penguin UK, 1999.

SANTOS, Elisabete Figueroa; DIOGO, Maria Fernanda; SHUCMAN, Lia Vainer. Entre o Não Lugar e o Protagonismo: articulações teóricas entre trabalho, gênero e raça. *Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho*. v. 17, n.1, p. 17-32, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v17i1p17-32>>. Acesso em: 19 de set. 2023.

\_\_\_\_\_.; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do Jogo?: jovens negros no mercado de trabalho. *Arq. bras. psicol.* v. 63, n. spe, p. 26-37, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672011000300004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 03 de jul. 2022.

SENNETT, Richard. *A Cultura do Novo Capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

UCHÔA-DE-OLIVEIRA, Flavia Manuella. Saúde do Trabalhador e o Aprofundamento da Uberização do Trabalho em Tempos de Pandemia. *Rev. bras. saúde ocup.* v. 45, e. 22, p. 1-8, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2317-6369000012520>>. Acesso em: 19 de set. 2023.